

## MULHERES (INTELECTUAIS) CATÓLICAS, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E SOCIEDADE

*CATHOLIC (INTELLECTUAL) WOMEN, EDUCATION, RELIGION AND SOCIETY*

*MUJERES (INTELECTUALES) CATÓLICAS, EDUCACIÓN, RELIGIÓN Y SOCIEDAD*

**Suzane Tizott**

Pedagoga, Mestranda em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3411-2559>

[stizott@educacaovicentina.com.br](mailto:stizott@educacaovicentina.com.br)

**Peri Mesquida**

Doutor em Ciências da Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4882-6808>

[mesquida.peri@pucpr.br](mailto:mesquida.peri@pucpr.br)

### RESUMO

O artigo trata da produção sobre mulheres intelectuais católicas no Brasil, tendo como parâmetro o conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci e considerando a possível interface entre educação, religião e cultura. As leituras mostram o espaço de luta e resistência das mulheres na história. Sob o aporte de diversos autores, compreende-se a educação feminina como caminho de participação social da mulher. Diversos trabalhos dialogam sobre as ações da mulher na educação e na sociedade, sem situar o campo da intelectualidade. As produções acadêmicas sobre o tema mulheres e religião, em sua maioria, abordam instituições religiosas ou assistenciais. Para materializar o conceito gramsciano de “intelectual orgânico”, procuramos exemplificar com um estudo de caso que trata de Stella de Faro, uma das mais dinâmicas intelectuais católicas. É importante continuar a pesquisa nessa temática para que não se considere como “natural” o não reconhecimento da mulher como intelectual.

**Palavras-chave:** História da Educação; mulher intelectual; religião e cultura; intelectual orgânico; Stella de Faro.

### ABSTRACT

The following paper deals with the production about Catholic intellectual women in Brazil, using Gramsci’s “organic intellectual” concept as a parameter and considering interface’s possibility between education, religion, and culture. The readings show women struggles and resistance space in History. From several authors, female education is understood as a way of women’s social participation. Many works dialogue on women’s action over education and society without considering intellectually aspect. Most of the academic production about women and religion approaches welfare or religious institutions. To materialize Gramscian “organic intellectual” concept, we present a case study about Stella de Faro, one of the most dynamic Catholic intellectuals. It is important to continue researching this topic to avoid seen as normal the lack of recognition of women intellectually.

**Keywords:** History of education; intellectual woman; religion and culture; organic intellectual; Stella de Faro.

### RESUMEN

El artículo estudia la producción sobre mujeres intelectuales católicas en Brasil, asumiendo como parámetro el concepto de “intelectual orgánico”, de Gramsci, y considerando la posible interfaz entre educación, religión y cultura. Las lecturas muestran el espacio de lucha y resistencia de las mujeres en la historia. Desde la perspectiva de varios autores, la educación femenina es vista como el camino hacia la participación social de las mujeres. Varias obras dialogan sobre las acciones de las mujeres en la educación y la sociedad, sin ubicarlas en el campo de la intelectualidad. Las producciones académicas sobre el tema de la mujer y la religión, en su mayoría, se ocupan de instituciones religiosas o asistenciales. Para materializar el concepto gramsciano de “intelectual orgánico” tratamos de ejemplificar con uno estudio de caso que trata de Stella de Faro, una de las más dinámicas intelectuales católicas. Es importante seguir investigando sobre este tema para que no se considere “natural” el no reconocimiento de las mujeres como intelectuales.

**Palabras-clave:** Historia de la Educación; mujer intelectual; religión y cultura; intelectual orgánico; Stella de Faro.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem ao artigo buscou investigar a produção do conhecimento científico no campo da História da Educação, tendo as seguintes áreas temáticas como referência: mulheres, religião, educação e sociedade. A realização de balanços periódicos na produção do campo<sup>1</sup> é uma forma de acompanhar seu desenvolvimento, observando as transformações, inovações e lacunas que se apresentam, neste caso, na escrita da história educacional brasileira. Nesta pesquisa, não fizemos um mapeamento geral da produção. O que fizemos foi observar como uma determinada temática — *mulheres intelectuais e mulheres intelectuais orgânicas* — vem sendo abordada, ou não, na historiografia. Considerando que a História das Mulheres e a História Intelectual e dos Intelectuais vêm ganhando espaço significativo no conjunto de nossas pesquisas, nos propusemos a compreender em que medida as mulheres vêm sendo abordadas nessa dimensão. Ao pensarmos em intelectuais, há uma recorrência quase “natural”, mas historicamente construída, de olharmos para os homens, ignorando, muitas vezes, as mulheres nesse quadro, ou até mesmo negando a sua atuação política e influência no

---

<sup>1</sup> O conceito de campo, neste artigo, é aquele que Pierre Bourdieu apresenta na obra *Questions sociologiques*: “Les champs se présentent à l’appréhension synchronique comme des espaces structurés de positions (ou de postes) dont les propriétés dépendent de leur position dans ces espaces et qui peuvent être analysées indépendamment des caractéristiques de leurs occupants (en partie déterminées par elles)” (BOURDIEU, 1988, p. 113). Tradução nossa: “Os campos apresentam-se para a compreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou postos) cujas propriedades dependem de sua posição nos espaços e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”.

sistema educacional e na sociedade, como intelectuais. Mais ainda: como intelectuais orgânicas.

As pesquisas em História da Educação vêm evidenciando a necessidade de acompanhar o desenvolvimento, a transformação e as inovações que permeiam esse campo da educação. De acordo com Galvão e Lopes (2010, p. 30), “[...] nas últimas décadas diversas mudanças vêm acontecendo na área da história da educação, sejam em seus contornos teóricos metodológicos, seja na ampliação dos seus objetos e fontes”.

Nos últimos anos, pesquisadores do campo da História da Educação têm apresentado um novo olhar sobre a Educação, a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Esse campo tem levado pesquisadores a temas antes considerados pouco nobres no interior da própria História da Educação, como, por exemplo, a história das mulheres (GALVÃO; LOPES, 2010).

A relevância de uma investigação científica desta natureza encontra respaldo no estatuto que as mulheres possuem nesse mundo contemporâneo em relação às religiões, por exemplo. Segundo Rosado-Nunes (2001), o impacto dos estudos feministas para o estudo das religiões provocou mudanças significativas e contribuiu para que as Ciências Humanas ampliassem o olhar sobre esse objeto.

Este artigo apresenta um balanço não necessariamente exaustivo da produção no campo da História da Educação sobre mulheres intelectuais e mulheres intelectuais orgânicas, com o propósito de apreender, ainda, a presença de intelectuais católicas como objetos de pesquisa. Essa interface entre educação, religião, cultura e sociedade, além de ser um caminho de legitimação e circulação nos espaços de poder, muito nos diz dos sujeitos envolvidos nas disputas pelo campo educacional brasileiro e nas disputas pelas visões de mundo a serem consensualizadas na sociedade por mulheres aqui qualificadas como *intelectuais orgânicas*.

### **Metodologia: O estado do conhecimento - teoria e prática**

Como dissemos na introdução, a pesquisa que deu origem ao artigo teve como objetivo realizar um balanço, não necessariamente exaustivo, da produção do campo da História da Educação sobre mulheres intelectuais, considerando uma possível interface

entre educação, religião, cultura e sociedade como caminhos de legitimação e, nesse sentido, identificar pesquisas sobre intelectuais católicas, em particular investigações que qualificavam mulheres intelectuais católicas como *intelectuais orgânicas*. Para alcançar tal propósito, utilizamos como metodologia a pesquisa do tipo estado da arte e a abordagem qualitativa histórico-documental (MALHEIROS, 2011; GERHARDT; SILVEIRA, 2009), a fim de investigar a temática por meio do levantamento e análise de dados bibliográficos identificados nas plataformas da Scientific Electronic Library Online (SciELO), do portal de periódicos da Capes e da Biblioteca Virtual da PUCPR. Essa metodologia permite perceber a pluralidade de objetos e abordagens que caracterizam a pesquisa em determinado campo científico.

O levantamento dos dados e sua análise interpretativa aqui se justificam, pois, como observam Romanowski e Ens (2016, p. 39), ele

significa uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Após o contato com o campo de estudo (História da Educação), a identificação da produção sobre a temática que foi o objeto da pesquisa (mulheres / gênero / religião / intelectuais / cultura / sociedade), iniciamos o levantamento documental-bibliográfico. Objetivamos, ainda, mostrar por meio de um exemplo concreto, vivido, a ação de uma mulher católica na qualidade de *intelectual orgânica*, mulher que não é muito conhecida pela história da educação, o que retrata a invisibilidade a que têm sido submetidas as mulheres na história no Brasil e a ausência de pesquisas que mostrem mulheres como intelectuais, agindo na construção de um consenso na sociedade como *intelectuais orgânicas*, no sentido gramsciano do termo, como veremos mais adiante. Objetivamos, também, pelo levantamento de dados a partir do uso da categoria de “estado do conhecimento”, encontrar nos trabalhos sobre mulheres e sua inserção na sociedade, os qualificativos “intelectual” e “intelectual orgânica”.

Foram consultados, a princípio, pelo título e resumo, os trabalhos que indicavam o enfoque principal do texto, considerando as dimensões intelectual e intelectual orgânico, como ponto central do trabalho. Quando havia dúvida, consultávamos o trabalho completo. A primeira busca foi por trabalhos que abordassem como eixo central as mulheres como intelectuais e se aparecia o qualificativo intelectual, de modo a perceber se, nesse quadro, algumas delas eram “católicas”.

Nessa busca, os trabalhos biográficos se destacaram. Todavia, nem todos os estudos biográficos apresentam as mulheres como “intelectuais” e nenhum trazia o conceito de “intelectual orgânico”. A pesquisa mostrou ainda que havia um conjunto de trabalhos os quais, apesar de não utilizarem a categoria “intelectual”, exploram a relação entre mulheres, religião, educação e cultura, de modo a mostrar um conjunto de estratégias e táticas utilizadas na disputa pelo campo educacional. Foi necessário, então, procedermos a uma segunda busca orientada pela relação “mulheres – educação – religião – cultura – sociedade”. A pesquisa foi realizada a partir de palavras-chave, a saber: católicas, espíritas, protestantes, evangélicas, cristianismo, religião, intelectuais, intelectuais orgânicas.

No final do artigo, adotamos também a metodologia de “estudo de caso”, quando tratamos da intelectual católica Stella de Faro como intelectual orgânica. O estudo de caso, seguindo a principal autoridade desta metodologia, Roberto K. Yin (1994), corresponde a uma abordagem que procura utilizar, preferencialmente, dados coletados por meio da pesquisa qualitativa, com o objetivo de exemplificar de maneira rigorosa a ocorrência de um determinado fenômeno. No caso do nosso objeto de estudo, tal fenômeno corresponde à atuação, no campo da educação, da política, da cultura e da sociedade, de uma intelectual católica e sua militância político-religiosa em favor da identidade da mulher enquanto partícipe da sociedade e agente da história na qualidade de intelectual orgânica.

As duas buscas foram realizadas em todos os números de quatro revistas da área, a saber: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), edições de 2001 a 2022; Revista História da Educação (RHE), edições de 1997 a 2022; Revista de História e Historiografia da Educação (HHE), edições de 2017 a 2022; e Caderno de História da Educação (CHE), edições de 2002 a 2022; e em sete dos nove anais (pois dois deles, edições V e VI, estão com o arquivo digital corrompido) do principal evento da área no país, o Congresso de História da

Educação (CBHE), edições de 2000 a 2018. Todos esses periódicos e os Anais do CBHE estão em bancos de dados digitais, o que favoreceu o acesso aos respectivos trabalhos.

Não desconhecemos as principais críticas feitas a essa metodologia, como o fato de, a partir de um único exemplo, fazer generalizações que possam ser também aplicadas a outros casos não investigados. Contudo, essa crítica não se aplica a esse estudo de caso específico, pois não se trata de generalizar o particular, mas, sim, de destacar a atuação de uma intelectual católica, entre outras, nos campos acima identificados, que atuou com a finalidade de construir um determinado consenso na qualidade de *intelectual orgânica*.

### **Mulheres (intelectuais): uma síntese histórica seguida do estado da arte do tema**

A pesquisa se situou na área da História da Educação, sob o aporte teórico da Nova História Cultural. Temos como referências principais para pensar a História da Educação o trabalho de Galvão e Lopes (2010); sobre a História das Mulheres, buscamos subsídios em Del Priore e Pinsky (2013) e Perrot (1998; 2017); sobre intelectuais, buscamos embasamento nos conceitos apresentados por Sirinelli (1996) e Gramsci (1975).

Entendemos que, nos últimos anos, as pesquisas em História da Educação têm apresentado um novo olhar sobre a educação, a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Esse campo tem levado pesquisadores a temas antes considerados pouco nobres no interior da própria História da Educação, como a história das mulheres, por exemplo. (GALVÃO; LOPES, 2010).

A Nova História Cultural, no entender de Chartier (1994, p. 16), “identifica o modo como diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Uma tarefa desse jeito supõe vários caminhos”. Com essa abordagem os/as pesquisadores/as discutem conceitos de representação, trajetória, práticas, como construções históricas e socioculturais, a partir de objetos até então pouco considerados pela historiografia como, por exemplo, religião e gênero. Segundo Souza (2004, p. 123),

Gênero e religião compõem uma equação ainda pouco discutida e pouco admitida, abordada de forma muito acanhada. As iniciativas de estudo dessa temática são ainda bastante escassas, especialmente no que tange à publicação de periódicos específicos a esse respeito.

As palavras e imagens contidas na obra *Mulheres Públicas*, de Michelle Perrot (1998), são essencialmente pertinentes para refletir sobre o espaço público-privado que a mulher ocupou na sociedade francesa. Nessa produção literária, referência no campo da história, evidencia-se o contexto que envolve o papel e o lugar da mulher. Da mesma forma, Georges Duby (2011), na obra clássica *Idade Média, Idade dos homens*, mostra a invisibilidade da mulher em um longo período da história do Ocidente, até começar a ter um papel de protagonista. Del Priore e Pinsky (2013), por sua vez, relatam na obra *História das Mulheres no Brasil*, que essa história não é só das mulheres, mas também da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. Perrot (1998), em *Os Excluídos da História*, comenta sobre a ambiguidade do poder, da voz e do espaço da mulher no ambiente em que ela está. Por outro lado, o homem tem o seu reconhecimento em qualquer atividade que ocupa. Nesse sentido, pensar a mulher como “intelectual” desafia alguns padrões impostos e determinados pela sociedade.

Reconhecer a mulher como “intelectual” desafia a forma como a história e a sociedade atribuem à mulher um papel de coadjuvante da sua própria trajetória, especialmente se ela está associada a um campo religioso. As representações sociais (MOSCOVICI, 1978) produzidas sobre e para a mulher cristã veiculam a imagem de uma pessoa passível, dócil, submissa às regras e valores, mas raramente inserida nas disputas de poder.

À vista desse entendimento, é necessário compreender a política e a relação sociedade-educação como espaços para problematizar e legitimar a atuação da mulher.

Sabemos hoje que a educação, tal como a história, é baseada no gênero. Sempre houve [...] e há] uma educação para meninos e outra para meninas. É preciso que se diga isso em alto e bom som. Afinal, quando se falava em educação ou história da educação, era sempre de meninos que se falava, já que o masculino era tornado universal. Falava-se em homens e todos deveriam entender que as mulheres aí estavam compreendidas. Se a educação faz parte do mundo das palavras e rituais, foi [...] e é] um avanço perceber nesse universo simbólico o que é feminino e o que é masculino (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 58).

Outro aspecto de suma importância é que, por muito tempo, só nos conventos a mulher foi considerada como “alguém que ensina”. A questão é que um público seletivo

conseguia esse acesso, a grande maioria das mulheres continuava na sociedade, a serviço das suas famílias.

Na perspectiva de Sirinelli (1996, p. 242), identificamos duas frentes que balizam o entendimento de intelectual: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, a outra mais restrita, baseada na noção de engajamento”. Nesse sentido, as pesquisas apresentadas nos periódicos analisados para a elaboração deste trabalho compreendem os dois espaços ocupados por mulheres.

Com o mapeamento realizado nos periódicos já citados, foi possível organizar três quadros (que aqui não são apresentados, mas apenas os resultados gerais, em razão do grande espaço que seria necessário): o primeiro, com informações referentes aos artigos que abordam mulheres como “intelectuais” e mulheres como “intelectuais católicas”; o Quadro 2, com a relação de trabalhos localizados sobre “mulheres intelectuais” nos Congressos Brasileiros de História da Educação; e o Quadro 3, com uma correlação dos termos “educação – mulheres – católicas – protestantes – espíritas”, na linha que envolve educação e religião.

É fundamental que, neste ponto, deixemos claro o conceito gramsciano de “intelectual orgânico”, particularmente, mas não somente, tal como o atribuímos a Stela de Faro. Para Gramsci (1975, p. 1551),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas também nos campos social e político.

No caso específico de Stela de Faro, trata-se de uma intelectual orgânica como “especialista política e social construindo o consenso” (GRAMSCI, 1975, p. 1551), divulgando uma concepção de mundo na busca da construção de consenso para o exercício da hegemonia. Assim se expressa Gramsci (1975, p. 1250): “A construção de um aparelho hegemônico, na medida em que cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma da consciência, e dos métodos de conhecimento, é um fato filosófico”. E isso é fruto da ação de intelectuais orgânicos(as) estreitamente conectados(as) com o organismo (aparelho) para o qual prestam serviço.



Concluindo, Antonio Gramsci (1985, p. 11) observa que os “intelectuais são ‘comissários’ para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é, do consenso espontâneo”, o que vale dizer que exercem sua atividade como uma “missão”.

## **O estado da arte no material pesquisado: mulheres (intelectuais); mulheres (intelectuais) de confissões religiosas; mulheres (intelectuais) católicas**

A metodologia “estado da arte” permitiu visualizar, por meio dos veículos de divulgação científica pesquisados, aspectos do que se tem produzido sobre o tema do presente artigo. Importante, agora, realizar uma análise, não necessariamente exaustiva, dos dados coletados.

### **Estado da arte do tema: uma análise interpretativa**

Apresentamos como resultado o contato inicial com as obras de referência consultadas, por meio da leitura e fichamento prévio. As leituras evidenciam os espaços de luta e resistência que tantas mulheres ocuparam na história; conseguiram transformar realidades e modificar espaços. Entre esses espaços, destaca-se a educação feminina como um dos caminhos que possibilitou a participação da mulher na sociedade. Sustenta esse argumento a afirmação de Perrot (1998, p. 108) de que “as escolas normais foram as primeiras universidades das mulheres”.

A partir das fontes selecionadas, foi possível construir um banco de dados com 135 trabalhos, artigos, comunicações e dossiês. Destes textos, verificamos que 8 abordam o tema “mulheres intelectuais católicas”; 26 tratam de “mulheres intelectuais”; e 100 refletem sobre a relação entre “mulheres-religião-educação-cultura (católica, protestante ou espírita)”. Observamos, ainda, que em nenhum trabalho aparecem os qualificativos “intelectual” e “intelectual orgânico(a)”.

Os trabalhos mapeados estão, na sua maioria, nos anais do CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação: ali somam-se 111 trabalhos, dos quais 7 são sobre mulheres (intelectuais) católicas, 21 sobre mulheres (intelectuais) e 83 que abordam a relação de mulheres com religião e educação. Houve uma dificuldade no acesso aos anais do V e VI CBHE, realizados respectivamente nos anos de 2008 e 2011: ambos estão com links de acesso corrompidos, inviabilizando a visualização dos dados. A edição do IX Congresso é a que mais contém publicações na área de pesquisa em que está inserida a temática deste trabalho.

A Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) apresenta 9 trabalhos, sendo 7 na abordagem de mulheres, educação e religião e 2 que tratam de mulheres intelectuais. A Revista História da Educação (RHE) apresenta 3 trabalhos, dos quais 1 aborda a mulher (intelectual) e 2 que refletem sobre mulher, religião e educação. A Revista de História e Historiografia da Educação (RHHE) apresenta 3 trabalhos que abordam a mulher como intelectual e 1 que discute os temas mulher, religião e educação. O Caderno de História da Educação (CBE) tem 1 trabalho sobre mulher intelectual e 8 sobre mulheres, religião e educação, embora não apareça em nenhum deles o qualificativo “intelectual”.

Apoiado no pensamento de Perrot (1998), o projeto de origem deste trabalho problematiza: quantas são as pesquisas produzidas sobre mulheres no campo da História da Educação? Em que medida as mulheres vêm sendo observadas e suas trajetórias significadas como constitutivas da cultura e da sociedade de seu tempo? Com que lentes essas mulheres têm sido lidas? Que histórias têm sido trazidas à luz a seu respeito? Quanto às mulheres intelectuais, mais especificamente, estariam também na historiografia educacional “excluídas da história” ou situadas “nas margens”?

Essas perguntas ficaram no horizonte da busca do conhecimento dessa área de pesquisa na História da Educação. O encontro com os textos abriu um conjunto de outras perguntas e provocaram novas inquietações. A partir do levantamento e catalogação das fontes, foi ficando mais claro como os trabalhos pesquisados estão discutindo o tema do artigo.

O estudo de caso, por sua vez, revelou a importância de conhecer as mulheres (intelectuais) católicas pela sua relevância no meio que atuaram e as mediações culturais que promoveram a partir do trabalho desempenhado.

Todavia, o que pudemos observar é que, não obstante essa invisibilidade em relação à presença feminina na História, notamos a existência de iniciativas de pesquisa que têm trazido à tona o envolvimento e a participação efetiva das mulheres na sociedade, mas a abordagem dessas mulheres como intelectuais ainda é incipiente. Autores que escrevem declaradamente sobre “mulheres intelectuais” buscam destacar o protagonismo feminino e a contribuição da mulher na educação e na sociedade. Entre os autores que identificamos e seus respectivos trabalhos, podemos citar: Oliveira (2017): *Vestígios “dos jovens anos escolares” de uma intelectual brasileira: itinerários da aluna Maria Thetis Nunes no Atheneu Sergipense (1935- 1941)*; Alves (2002): *A educação feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX): imagens da mulher intelectual*; Soares (2018): *Maria Antonietta de Castro: intelectual da educação*; Conceição (2018): *Intelectuais e teleducação: o pioneirismo de Alfredina de Paiva e Souza*. Como pode-se perceber, por este número reduzido de indicações, os qualificativos intelectual e intelectual orgânico não são comumente atribuídos às mulheres.

Os trabalhos que relacionam mulheres, educação e religião, na sua maioria, fazem uma discussão teórica sobre a mulher de modo a conceituar a sua atuação na história e apresentar sua relevância na constituição de um determinado espaço. Para Bourdieu (1996, p. 82), “as posições ocupadas por uma individualidade biológica socialmente instituída agem como suporte de um conjunto de atributos e atribuições, que permitem sua intervenção como agente em diferentes campos”.

Alguns trabalhos são biográficos e destacam as qualidades da mulher como sujeito da sua história e totalmente envolvida em alguma causa: religiosa, educacional ou social. Del Priore e Pinsky (2013), por sua vez, chamam a atenção para o fato de que atentar para a história das mulheres significa ampliar a lente, pois conhecer suas histórias implica conhecer também a história da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura.

Em relação a esses temas, a grande maioria dos trabalhos analisados é referente à abordagem histórica da instituição ou congregação religiosa feminina que contribuiu em determinado tempo ou mesmo na criação de escolas: em tais situações, as mulheres são citadas como membros e não são discutidas nem tratadas na sua individualidade.

A história das mulheres tem sido escrita com lentes cuidadosas e aos poucos a produção vem aumentando. Nas palavras de Orlando (2017, p. 117),

Entender a presença e a atuação feminina no debate público passa por compreender que as relações na formação da sociedade só podem ser entendidas na rede de interdependência que se configuram, considerando os seus atores e os lugares que ocupam no campo, suas condições de possibilidade no jogo político, mas sobretudo as brechas e as táticas utilizadas como oportunidades de desvio de fórmulas ou "modelos" pré-estabelecidos em escalas variáveis, afinal, as mudanças nem sempre vêm acompanhadas de grandes rupturas e revoluções.

É possível identificar esse aumento no último CBHE e nas últimas publicações das revistas, porém ainda é inferior na comparação com trabalhos que falam sobre o homem como “intelectual”.

Como dissemos no início, este artigo pecaria por falta de originalidade se apresentássemos somente o resultado do estado da arte do tema sob investigação, e não mostrássemos, pela materialização de um estudo de caso, o sentido do que chamamos de “mulheres intelectuais orgânicas”, segundo o conceito de “intelectual orgânico”, proposto por Antonio Gramsci, e acima explicitado. É assim que, na seção seguinte, fazemos a análise do caso de Stella de Faro.

### **Stella de Faro: uma intelectual orgânica.**

Stella de Faro (1888-1972) foi, sem dúvida, uma das mais dinâmicas intelectuais católicas, em especial no período de 1922 a 1950, tendo uma atuação reconhecida no Brasil e no exterior. No entanto, tem sido pouco estudada, inclusive no âmbito da historiografia católica.

Mesquida (2009), provavelmente um dos pioneiros a pesquisar Stella de Faro, em artigo publicado pela Revista *Diálogo Educacional*, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, ao escrever sobre Stella de Faro, mostra como ela se inseriu na militância católica no processo de “restauração” como autêntica “intelectual orgânica”. Diz o pesquisador que o prelado católico Dom Sebastião Leme — autor da carta pastoral de 1916, que conclamava os católicos para que “acordassem” e se engajassem no processo de dar visibilidade e influência à Igreja na sociedade brasileira, tanto civil quanto política —, ao ser transferido da arquidiocese de Olinda e Recife para a do Rio de Janeiro, começou a orientar, segundo Mesquida (2009, p. 283),

Todo o seu esforço intelectual e operacional no sentido de criar dentro e para a Igreja Católica uma camada de intelectuais que assegurasse o consenso não somente na sociedade civil, mas também atuassem no aparelho de Estado permitindo à Igreja ser o elemento de sedimentação de um novo bloco histórico. Diz Antonio Gramsci que todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas ainda no campo social e no político (GRAMSCI, 1975, p. 1513). Dom Leme percebeu na prática quanto é difícil criar uma camada de intelectuais que incorpore um projeto e passe não somente a elaborar a estratégia de ação, mas também desenvolva uma tática concreta de ação nas trincheiras “inimigas”, silenciosamente, mas eficazmente.

Dom Leme tinha consciência de que seria um processo não muito fácil e, quem sabe, longo, como salienta o pesquisador da PUC-PR. Assim, transferido para o Rio de Janeiro em substituição ao Cardeal Arcoverde, convicto de que “é vontade do Santo Padre que eu aceite” a indicação, começa imediatamente a colocar em prática ações em favor da sua “missão”. Ao criar a Confederação Católica do Rio de Janeiro, Dom Leme a divide em dois “braços” (sentido literal, pois a ideia era abraçar todos e toda a sociedade), um masculino, e outro, feminino. Dom Leme nomeará para a Secretaria Geral da seção feminina a militante católica Stella de Faro, em 1922.

Ao ser chamada ao palácio da Arquidiocese, no Rio de Janeiro, em 1922, e ao lhe ser oferecida pelo próprio Arcebispo a chefia da Seção Feminina da Confederação Católica, Stella, à semelhança do profeta Isaías (Is 6), alegará dificuldades. Esquivando-se, dirá a Dom Leme que estava com uma carga muito grande de trabalho. Retrucou-lhe o Arcebispo: “Não faz mal. Trabalham bem os que trabalham muito. Mais tarde, se a senhora quiser, poderá deixar algumas das outras atividades a que se consagra. Nosso Senhor a ajudará e tenho certeza de que tudo correrá bem” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 151). Stella de Faro aceitou a incumbência como um chamado para uma “missão” sendo, portanto, comissionada (no sentido gramsciano de comissária, aquela que tem uma missão a serviço de alguma causa).

Mesquida (2009) apresenta uma síntese biográfica de Stella de Faro: afirma que ela nasceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de julho de 1888. Filha de Luiz Pereira de Faro e de Isabel Tosta da Silva Nunes Faro, católicos praticantes; Stella teve dois irmãos e duas irmãs, sendo

que a mais nova, Isabelle, tornou-se freira da Congregação de Sion, mantenedora do Colégio onde Stella estudou e do qual guardou sempre uma lembrança agradecida: “Bendita a memória das grandes educadoras que nos receberam em Sion. Quero render a todas, especialmente àquelas que mais se ocuparam de nós, um preito de gratidão. Gratidão que não morre porque ficou incorporada ao meu ser” (FARO, 1965, p. 77).

A vocação de Stella de Faro por Dom Leme a levou a atuar em diversas frentes, como na política, fazendo parte da Liga Eleitoral Católica, ao lado de Bertha Maria Júlia Lutz, a primeira mulher eleita deputada, no Brasil. Mesquida (2009, p. 288) destaca:

Como liderança do grupo de senhoras católicas, Stella de Faro foi provocada a participar de espaços públicos que lhe concederam visibilidade utilizada tanto para a defesa dos ideais católicos, como da discussão sobre a importância da participação feminina na vida pública da sociedade. Neste sentido, defendeu a participação política, através do voto feminino, como instrumento que servia aos dois propósitos, posto que acreditava que através deste a Igreja poderia eleger candidatos que estivessem sintonizados com suas diretrizes. Além da participação no Conselho Nacional de Serviço Social e na Associação de Senhoras Brasileiras, Stella também foi presidente do Instituto Interamericano de Escolas de Serviço Social e representou o Brasil em eventos vinculados à temática social.

Cabe ainda salientar que Stella de Faro foi uma representante ativa da ação social católica na composição do Conselho Nacional de Serviço Social, criado por Getúlio Vargas, em 1938. Também foi presidente da Liga Feminina da Ação Católica.

Fundadora, juntamente com Tristão de Atahyde e as Cônegas de Santo Agostinho, do Centro de Estudos e Ação Social, em 1932, ligado à Associação das Senhoras Católicas Brasileiras, desenvolveu um trabalho importante de formação de assistentes sociais no Brasil. Juntamente com a belga Irmã Germaine Marsaud, promoveu a criação dos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil, como a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, e o Instituto Social, futura Escola de Serviço Social, no Rio de Janeiro, em 1937, com a colaboração da Congregação das Filhas do Coração de Maria, de origem francesa (MESQUIDA, 2009).

Vemos que Stella de Faro, como “intelectual orgânica”, desempenhava uma ação que, no seu entender, era missionária, pois estava atendendo a um chamado, a uma vocação.

Na V Semana de Ação Social (1938), foi discutida a possibilidade de criar escolas de serviço social no Sul de Brasil, em particular em Porto Alegre e Curitiba. Assim, além de estimular a criação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, juntamente com Mlle. Marsaud, Stella convocou a jovem Irene Teixeira de Freitas para fazer parte de um grupo de moças e rapazes que seriam preparados para assumirem responsabilidades à frente das Escolas de Serviço Social, tanto naquelas que já tinham sido fundadas quanto nas que ainda seriam estabelecidas. Irene Teixeira de Freitas era a Presidente da Juventude Católica Feminina e, chamada por Stella de Faro, veio para Curitiba para dar início à formação ao serviço social, em 1940. A Escola que começou a funcionar em 17 de maio de 1945 teve na sua abertura a presença de Stella de Faro.

As primeiras escolas de serviço social fundadas no Brasil adotaram um conceito de serviço social elaborado por Adèle de Louneux, da École du Service Social de Bruxelas que, convidada por Stella, ofereceu um curso intensivo de formação social para moças, no Centro de Estudos da Ação Social (CEAS), que acabara de ser criado por Tristão de Athayde e Stella de Faro. Na expressão de Vieira (1978, p. 142), "Serviço Social é o conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições da vida social às necessidades dos indivíduos, de acordo com os preceitos da doutrina católica”.

Podemos dizer que o engajamento de Stella de Faro, juntamente com Tristão de Athayde, à frente do Instituto de Ação Social, na obra de formação de homens e mulheres para atuarem no serviço social de maneira que estes levassem avante o processo de restauração da Igreja, foi muito além da criação de cursos oficiais de serviço social, o que denota uma ação bem construída no sentido de reestabelecer a força hegemônica da Igreja católica pela construção de uma visão de mundo consensual. Em 1952, Stella de Faro aceitará o convite do governo do Espírito Santo para formar um grupo de assistentes que atuariam no meio rural, procurando consolidar a presença da Igreja junto aos camponeses, como esclarece Mesquida (2009, p. 290):

Em 1958, Stella de Faro escreveu a Alceu se regozijando pela formatura de 51 alunas do curso de “Especialização Rural, divididas em três categorias: Auxiliares Rurais, Educadoras Familiares Rurais e Professoras de Educação Familiar Rural”. Era a Igreja presente no meio rural educando as mulheres e preparando-as para exercerem funções de liderança em um ambiente que poderia ser alcançado pelas “ligas camponesas” (CARTA de Stella a Alceu, de 12 de dez. de 1958) e mais tarde pelas Comunidades Eclesiais de Base que contariam então com mulheres católicas formadas pelo Instituto de Ação Social, preparadas para dar continuidade ao processo de restauração da Igreja por meio da educação (Grifos do autor).

Importante destacar a participação de Stella de Faro em eventos internacionais, representando o Instituto de Ação Social e o próprio Ministério da Educação e da Saúde Pública, como foi o caso de sua participação no Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em Atlantic City, nos Estados Unidos, em 1941, juntamente com Helena Junqueira e Therezinha da Silveira. Participou, também, do I Congresso Pan-americano de Serviço Social realizado no Chile, em 1945, e atendeu uma de suas recomendações que foi a criação da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1946 (VIEIRA, 1978).

Responsável pela organização do II Congresso Pan-americano de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro, em 1949, que teve como tema “O Serviço Social e a Família”, Stella de Faro conseguiu, junto ao Ministério da Educação e da Saúde Pública, um crédito de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), conforme a Lei 815, de 9 de setembro de 1949, para apoiar a organização do evento. Nesse Congresso, teve também atuação destacada não somente na sua organização, como também na posterior divulgação (VIEIRA, 1978).

Stella de Faro foi literalmente uma “intelectual orgânica”, no sentido pleno do termo, pois a sua missão tinha a ver com a divulgação de uma visão de mundo, a visão católica de mundo, procurando estabelecer um consenso na sociedade. Daí, sua atuação na política, em favor do voto feminino; na ação social, criando cursos de serviço social vinculados à Igreja católica, na sua maioria, mas mantidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública da época; lutando em favor da inserção do ensino religioso nos currículos das escolas e pela criação da Universidade Católica, no Rio de Janeiro. Estava, assim, contribuindo para o processo de “restauração” da hegemonia católica, pela construção de um consenso, nos campos da política, da ação social, da educação, e estabelecendo uma relação entre igreja, estado e sociedade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou conhecer e compreender o campo da História da Educação, especificamente o que está relacionado com a História das Mulheres. A temática não é nova; há muito tempo os pesquisadores conceituam e destacam a contribuição da mulher na educação, porém de forma tímida, segundo o nosso entendimento. Nos últimos anos, isso cresceu com mais pesquisa na área, porém o destaque para mulheres como “intelectuais” é limitado. O objetivo desse trabalho foi compreender a presença feminina na sociedade como “intelectual”, considerando a interface entre “educação, religião, cultura e sociedade”, como caminho de legitimação e suas práticas.

As produções acadêmicas sobre mulheres e religião, na sua maioria, estão relacionadas às instituições religiosas ou de caráter caritativo. Os seis artigos encontrados sobre mulheres intelectuais católicas destacam a mulher com potencial de articulação do saber e grande inserção política no espaço em que estava inserida, como professora, escritora e pela liderança na comunidade ou religiosa.

A Nova História Cultural apresenta elementos fundamentais para pensarmos em novas lentes, no sentido de valorizar e participação das mulheres nos quadros intelectuais do país. Diversos estudos dialogam sobre o trabalho da mulher na educação e na sociedade, porém não situam a mulher como “intelectual”. Em geral, elas constam em um segundo plano e esse lugar, infelizmente, é naturalizado pelas próprias mulheres, como pudemos constatar nos trabalhos pesquisados.

As publicações estudadas apresentam, de forma tímida, o papel da mulher como “intelectual”, mas sem usar para ela este qualificativo. Em nenhum texto dos que foram analisados aparece a mulher como “intelectual orgânica”. Quando se pensa em intelectuais, há a tendência, primeiramente, de pensar nos homens, esquecendo, ignorando ou relativizando a contribuição das mulheres como intelectuais (no sentido gramsciano). Ao reconhecer a mulher como intelectual e protagonista na relação com religião, educação e sociedade, este artigo teve por objetivo realizar um mapeamento não exaustivo dos trabalhos teórico-bibliográficos que dizem respeito à “mulher intelectual”, nas relações conceituais com as noções de cultura, religião, educação e sociedade.

Objetivamente, o que nos interessava era ver se os qualificativos “intelectual” e “intelectual orgânico” apareciam nos trabalhos pesquisados, em particular naqueles que tratam de mulheres católicas.

Com o mapeamento depreendemos, não sem dificuldades, pela falta de palavras-chaves e resumo em alguns trabalhos, a importância de continuar a leitura e pesquisa nessa temática, para fortalecer a discussão sobre mulheres no campo da História da Educação.

O estudo de caso foi fundamental para conhecer e ter a possibilidade de marcar um encontro com uma “mulher católica” e “intelectual orgânica”: Stella de Faro. A sua ação prática nos campos social e político deixou uma marca profunda na história. O território da intelectualidade que ela ocupou marcou época e deixou o registro do seu jeito de enxergar o mundo e de atuar no mundo da vida. Uma pessoa que foi capaz de representar outras pessoas e outras mulheres em um período que poucas possuíam visibilidade. Não conseguimos mensurar completamente nesse artigo a relevância da vivência e a representatividade que essa intelectual católica significou para todas as vidas que foram tocadas pelo seu pensamento. Uma mulher que reconheceu seus limites, mas que tinha consciência da necessidade do trabalho de uma mulher; assim, acolheu os acontecimentos e foi articulando com a mobilização de pessoas que colaboraram para transformar vidas e fazer um serviço social organizado. Ela não deixou as suas bases familiares e não ficou à margem da Igreja: ao contrário, foi à luta, foi em busca de uma sociedade justa, participativa e solidária. Sua energia e articulação foram e continuam sendo referência e inspiração para outras mulheres católicas e intelectuais. Foi, a rigor, uma verdadeira “intelectual orgânica” a serviço de uma missão: auxiliar na divulgação de uma visão de mundo, tornando-a o mais consensual possível nos campos da educação, da religião, da ação social e da política. Para alcançar este objetivo, dedicou toda a sua vida.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Angélica. **A educação feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX) imagens da mulher intelectual**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal - RN. **Anais** [...]. Natal: SBHE, 2002. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre teoria da ação**. Campinas -SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Questions sociologiques**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel, 1994.

CONCEIÇÃO, Cíntia Nascimento de Oliveira. Intelectuais e teleducação: o pioneirismo de Alfredina de Paiva e Souza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2018, João Pessoa - PB. **Anais [...]**. João Pessoa: SBHE, 2018. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FARO, Stella. Minha vocação. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1965. p. 77.

FERREIRA, Norma Sandra A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas - SP, v. 23, n. 79, ago. 2002.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni dal carcere**. Torino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Paulo: Editora Guanabara – Grupo GEN, 2011.

MESQUIDA, Peri. A educação na restauração lealista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública – 1934-1945. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 279-295, maio/ago. 2009.

MOSCOVICI, Serge. **As representações sociais da psicanálise**. São Paulo: Zahar, 1978.

OLIVEIRA João Paulo Gama. Vestígios “dos jovens anos escolares” de uma intelectual brasileira: itinerários da aluna Maria Thetis Nunes no Atheneu Sergipense (1935- 1941). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 1, n. 1 p. 174-192, 2017.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. A Bandeira e a Cruz: caminhos da trajetória intelectual da educadora Maria Junqueira Schmidt. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 103-118, jul./set. 2017.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história** – Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

ROMANOWSKI, JP.; ENS, R.T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, Natal - RN, v. 6, p. 37, 2006.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 16, p. 79-96, 2001.

SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do. **O Cardeal Dom Leme**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 231- 269.

SOARES, Márcia Guedes. **Maria Antonietta de Castro intelectual da educação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2018, João Pessoa - PB. **Anais [...]**. João Pessoa: SBHE, 2018. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 122-130, dez. 2014.

TEIXEIRA LOPES, Eliane Marta; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 114 p.

VIEIRA, Balbina Otoni. **História do serviço social**: Contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

YIN, Robert K. **Pesquisa estudo de caso** - desenho e métodos. Porto Alegre: Bookman, 1994.

Recebido em:29/22/2022

Parecer em:05/01/2022

Aprovado em:30/03/2023